



## PESQUISA DOCUMENTAL

# EMPREENDEMENTOS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) E IMPACTOS NAS TERRAS INDÍGENAS EM RONDÔNIA

Rafael Ademir Oliveira de Andrade<sup>1</sup>, Ana Mel Pinheiro dos Santos Silveira<sup>2</sup>

### RESUMO

**Objetivo:** O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem como objetivo modernizar a *infraestrutura* e providenciar a construção dos “caminhos do desenvolvimento” (Brasil, 2009) para o país. A partir desta informação inicial se torna fundamental o debate acerca dos caminhos necessários e quais os modelos de desenvolvimento a serem trilhados pelo país, especialmente no que tange o espaço das sociedades tradicionais nesta “nova sociedade” construída pelos empreendimentos do programa. O presente artigo tem como objetivo dimensionar os impactos previstos de obras do PAC que impactam terras indígenas no estado de Rondônia, estabelecendo o recorte Território indígena, segundo Escobar (2014, p.90), é o resultado de relações do real e do simbólico interferindo no bem viver, composto por sustentabilidade do ambiente, conhecimento multiatividade, organização e solidariedade, bem-estar e autossuficiência.

**Método:** Quanto ao método empregado, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, exploratória, tendo como procedimento central de levantamento de dados a pesquisa documental e a análise de conteúdo como procedimento formal de interpretação. **Conclusão:** Aplicando-se tal perspectiva, conclui-se que os empreendimentos do PAC causam impactos negativos nas comunidades ao passo que não se traduzem em benefícios diretos para si mesmas, tornando necessário fazer um debate substancial sobre o que é desenvolvimento nacional e como tal discurso-prática se relaciona com as comunidades tradicionais brasileiras.

**Palavras-chave:** Territórios; Indígenas; PAC; Rondônia.

### ABSTRACT

**Objective:** The Growth Acceleration Program (PAC) aims to modernize infrastructure and provide for the construction of “development paths” (Brasil, 2009) for the country. Based on this initial information, it becomes essential to debate the necessary paths and which development models should be followed by the country, especially after considerate the space of traditional societies in this “new society” built by the program’s undertakings. This article aims to assess the expected impacts of PAC projects that impact indigenous lands in the state of Rondônia, establishing the definition of indigenous territory, according to Escobar (2014, p.90), as the result of relationships between the real and the symbolic that interfere in well-being, consisting of environmental sustainability, multi-activity knowledge, organization and solidarity, well-being and self-sufficiency. **Method:** As for the method used, a qualitative, exploratory study was carried out, with documentary research as the central data collection procedure and content analysis as the formal interpretation procedure. **Conclusion:** . Applying this perspective, it is concluded that PAC projects cause negative impacts on communities while not translating into direct benefits for themselves, making it necessary to have a substantial debate on what national development is and how such discourse-practice relates to traditional brazilian communities.

**Keywords:** Territories; Indígenas; PAC; Rondônia.

1 Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Centro Universitário São Lucas, Brasil.

2 Graduanda em Direito, Centro Universitário São Lucas, Brasil, Bolsista no Programa de Apoio à Pesquisa PAP São Lucas Porto Velho.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho, de natureza descritiva quanto aos seus objetivos, intenciona relacionar as características do fenômeno, sendo as implementações dos empreendimentos do PAC em um Território indígenas o foco central deste texto. Quanto aos procedimentos, a pesquisa utilizará de uma revisão de literatura aberta, com intenção de verificar as diferentes narrativas sobre os processos de construção ou planejamento desses empreendimentos, assim como a medição territorial-ambiental-humana dos impactos causados por esses empreendimentos.

A problemática central gira em torno do Programa de Aceleração do Crescimento que planeja em torno de 369 obras, sendo que até 2014, 43 obras que perpassam de alguma forma terras indígenas, causando interferências várias no ambiente e na vida vivida (Verdum, 2007) e deste número total, 10 foram previstas para os Territórios em Rondônia, algumas já construídas, como as usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.

A existência dos Territórios Indígenas se confronta com a colonização da Amazônia, porque o espaço rural (principalmente) é constituído para a ocupação e produção econômica (madeira, rios, recursos minerais) visando o desenvolvimento, ou seja, os Territórios Indígenas são desconsiderados. As obras já construídas ou aquelas que ainda virão impactaram de alguma forma sobre as terras de populações indígenas. Se considerarmos as populações que ocupam tradicionalmente espaços não-urbanos, este número aumentará consideravelmente se levarmos em conta o modelo de colonização da Amazônia.

O Programa de Aceleração do crescimento foi lançado oficialmente pelo ex-presidente Luís Inácio da Silva no ano 2003 e se manteve como ponto fundamental do governo Dilma Rousseff, tendo como objetivos centrais o incentivo ao investimento privado com custeio do setor público em projetos de infraestrutura, visando o “crescimento” do Brasil, tendo como referência o investimento público (BNDES,

BASA, BB, CEF) e várias obras no mesmo momento em locais distintos para que as interferências econômicas locais que impactam as globais e, sobretudo, sem interrupção o fluxo de obras nos diversos espaços da nação. Tinha como orçamento inicial 646 bilhões de dólares, a ser implementado entre os anos de 2000 a 2010, investindo nos setores de logística, energia e estrutura social urbana, com novos empreendimentos e recuperação eficiente de estruturas pré-existentes.

Já a segunda etapa do PAC previu o investimento de 955 bilhões de 2011 a 2014 e 631 milhões após 2014, sendo as ações organizadas em seis eixos principais, em que destacamos os programas Minha Casa Minha Vida e Água e Luz para Todos. Dos 1,586 trilhões previstos, 1,088 trilhões foram gastos com o eixo do setor energético, com a intenção de garantir a geração e transmissão de energia elétrica, difusão de redes renováveis, eficiência energética e pesquisa mineral (Brasil, 2010).

Os empreendimentos do PAC visavam a inserção do Brasil na geografia econômica da Amazônia que, por sua vez, está ligada a uma geopolítica internacional, na qual o país ocupa o papel de explorador e vendedor de recursos naturais, o motor do desenvolvimento econômico mundial, realizando uma integração a partir dos interesses das classes dominantes do Sul e de setores mais internacionais. A ênfase na infraestrutura está relacionada ao aumento de exportação de matérias primas e recursos naturais para países centrais, o que causa impactos diretos na Amazônia devido aos projetos (Leher, 2007).

São previstos 369 projetos do PAC para Rondônia, sendo 09 de infraestrutura energética, 23 de infraestrutura logística e 337 de infraestrutura social e urbana, sendo que 10 impactam diretamente terras indígenas. Em execução ou já executados, são projetos de transmissão e produção de energia elétrica, petróleo e gás natural que tem em sua estrutura produzir impactos negativos localizados e de baixa intensidade (Brasil, 2009), os impactos positivos se relacionam às

necessidades infra estruturais do desenvolvimento.

Esses dados preliminares apontam que o estado de Rondônia é ponto estratégico de desenvolvimento das ações do PAC, ações que envolvem agentes endógenos e exógenos das diversas esferas: governo do estado, município, pessoas físicas e jurídicas privadas que agem em favor e em decorrência dos empreendimentos públicos. Em síntese, as dimensões do poder local, nacional e transnacional se organizam de forma direta ou indireta para a realização desses empreendimentos, utilizados como forma de governabilidade ou outras formas de poder do governo sobre o mercado e das agências transnacionais sobre a divisão mundial do trabalho (Marta, 2018).

É importante destacar a importância logística de Rondônia, a localização do Estado é estratégica porque tem fronteiras com outros estados (AM, AC, MT) e é a conexão destes estados e principalmente de Manaus ao centro-sul do País, bem como passam pelas suas estradas produtos para Bolívia e Peru. O Estado por várias estradas importantes, é cortado do Sul a norte pela Br. 364, que sai de MT, se conecta com a hidrovia Porto Velho- Manaus e acessar a Br.319 (conexão terrestre a Manaus), a leste a RO 205 conecta a Br. 364 com Machadinho do Oeste e o MT, a oeste a Br. 425 conecta a Br. 364 a Guajará-Mirim e a Bolívia, a oeste e mais ao sul a Br. 429 conecta a Br. 364 com a Costa Marques e Bolívia.

Nesta parte se pretende estabelecer uma breve relação entre povos tradicionais, a colonização e o desenvolvimento de Rondônia, com a intenção de apontar uma repetição trágica da história: tal como se configurava antes, agora se mantém, uma discussão que vem de Vico, Marx até Walter Mignolo sobre a história, este último se situando no contexto da colonização da América Latina (Mignolo, 2008). Dessa forma, nos processos passados, correntes e planejados de colonização de Rondônia os povos tradicionais são categorizados como obstáculos a serem superados. Visto que estes povos não aparecem em nenhum momento nos Planos de Desenvolvimento, desde o

plano de metas até o plano de desenvolvimento atual.

Marta (2018) destaca que o processo de colonização do oeste brasileiro, o que abrange Rondônia, foi marcado pela troca do desenvolvimento por crescimento, o que significa apostar na ocupação do espaço e investimento em obras faraônicas. Assim, o Estado brasileiro apostou em promover planos de colonização de um espaço que era considerado um vazio demográfico (desconsiderando as populações indígenas) e se apoiando em orientações e investimentos transnacionais para a materialização dos grandes empreendimentos: desde os primeiros investimentos do Banco Mundial na “marcha para o oeste” na primeira forma de colonização, final do século XIX e primeiras duas décadas do século XX (Marta, 2018), até as ações do IIRSA/PAC (Verdum, 2007). A violência contra os povos tradicionais está disposto desde os processos de criação das cidades do estado de Rondônia, que foram construídos na base da morte dos “índios bravos” e da evasão dos “índios mansos”, bem como na exploração dos “índios mansos” na extração de madeira, de minérios e de pedras preciosas.

Leher (2007) afirma que os sujeitos contrários ao desenvolvimento são apontados como obstáculos ao desenvolvimento, como podemos visualizar no documento da ANEEL (2015) sobre energia elétrica. O IIRSA e o PAC prevê a conversão do Brasil em um exportador de *commodities*, e é na Amazônia que está o potencial hidrelétrico que é a base para a manutenção de (re)primarização do país, o que em termos gerais representa a expansão da fronteiras do capital sobre o Território Amazônico, derrubando floresta, invadindo terras indígenas e modificando totalmente a lógica de sobrevivência de pescadores (Marta, 2018); a vida vivida pelas populações tradicionais tem estreita relação com o ambiente vivido, rio, várzea, banhados e floresta, portanto a intervenção neste Território produz alterações irreversíveis nos meios de vida.

Importante salientar que as ações públicas decorrentes desses projetos, antigos, atuais ou previstos, promovem reações de resistência aos povos atingidos, por

instituições: Associações indígenas, o Movimento dos Atingidos por Barragens, Conselho Indígena Missionário-CIMI, Associação Kanindé (ONG), Instituto Madeira Vivo (ONG) e, CUNPIR (ONG), que se movimentam pela resistência, mesmo que, no movimento comum da história os danos causados sejam inexoráveis, cabendo aos resistentes mitigar danos.

## 2. MÉTODOS

A pesquisa desenvolvida para a escrita deste texto é de natureza qualitativa e com objetivos de descrever a interferência dos empreendimentos do Programa de Aceleração de Crescimento em Territórios Indígenas dentro do estado de Rondônia. Tendo como procedimento de levantamento de dados a pesquisa documental e como forma de interpretação a análise de conteúdo (Bardin, 2016), em que fora organizado o corpus documental a partir de associação com o tema, incluindo-se documentos que versem sobre o PAC e especialmente sobre sua atuação no território de Rondônia e as comunidades tradicionais que se encontram neste. Destacamos o contexto de consolidação dos dados na continuidade desta etapa.

O estado possui 52 municípios e faz divisa com três estados brasileiros e com a República Plurinacional da Bolívia, possuindo mais da metade de seu território na faixa de fronteira, com 27 municípios incluídos nesta. As fronteiras do Estado de Rondônia se constituem em espaço de transferência de produtos legais e ilegais, que perpassam por toda a América Latina, o que impacta de forma geral nas intenções dos governos com relação ao território.

Segundo Becker (2001) podemos definir os modelos de ocupação da Amazônia em sete ciclos, usando uma terminologia comum nas discussões sobre história de Rondônia: Apropriação do território, o ciclo do ouro, primeiro ciclo da borracha (1879/1912), as linhas telegráficas (cuja maior impulsionador, Marechal Cândido Rondon, é homenageado com o nome do Estado), o segundo ciclo da borracha (1942/1945), o garimpo de diamante e

cassiterita, a expansão da fronteira do agronegócio e apontamos um novo ciclo: o das usinas/empreendimentos hidrelétricos que se consolidam nas usinas de Samuel, Santo Antônio, Jirau e agora os diálogos sobre a de Tabajara, as últimas três estão dentro do PAC, segunda fase (Verdum, 2007).

São 52 (cinquenta e dois) povos indígenas que possuem terras em Rondônia, muitos extintos, mas a maior parte desenvolvera processos de adaptação ao processo de colonização da Amazônia, das etapas dos grandes cacicados até mesmo a situação de se tornarem minoria na região na era da borracha e que continuaram na época dos governos militares e são recorrentes no recorte em que este texto é escrito (Moran, 1990).

Nesse contexto, a metodologia deste trabalho se concentra na descrição dos processos de impactos causados ao meio ambiente e, por consequência, sobre os povos indígenas do Território, sendo que o processo de dizimação dos povos indígenas requer um constante viés de adaptação dos mesmos a essas ações. Quais as possibilidades de impactos demográficos, nas cosmologias e relações com o território dos povos indígenas que os empreendimentos aqui elencados causam? Uma análise prévia que temos desde Moran (1990) até as análises atuais é que as vidas coletivas indígenas estão se deteriorando no que tange aos vários aspectos biológicos, graças ao contato violento com o mundo capitalista-ocidental.

Por fim, destacamos que a partir do documento de Ricardo Verdum (2007) do documento Pac Rondônia (2009) e do sítio virtual do PAC<sup>2</sup> foram elencados e organizados em forma de um quadro os empreendimentos que impactam em terras indígenas. Após esta organização, estes foram analisados em suas peculiaridades, relações, impactos pensados ou efetivados, visando assim dar uma dimensão total dos processos de danos, mitigação e adaptação dos povos analisados.

É importante destacar que o Território Indígena, espaço de vida vivido, outrora, pelos antepassados, mas que serão do futuro,

<sup>2</sup> <http://www.pac.gov.br/estado/ro>.

é maior do que a demarcação espacial, ou seja, estão envolvidas as questões reais e simbólicas da vida. Perpassando por cultura, crenças, produção, sobrevivência, rios, além de perpassar pela simbologia do deus sol, lua, do deus floresta, deus fogo.

A BR 319 AM/RO atingirá pelo menos 08 terras indígenas, fora os povos em contato ou isolados e segundo o DNIT (2016); até o presente momento, os estudos de licenciamento ambiental e indígena ainda não foram terminados e com isso trechos das obras estão parados. Está prevista também a integração da BR 319 com a hidrovia do Madeira (VERDUM, 2007), conectando o arco do desmatamento às demais áreas da Amazônia.

O Asfaltamento da BR 364 produz impacto na TI Karitiana que é composta por um grupo de aldeias mais novas e outras mais antigas que remontam o processo de colonização do estado e da resistência aos seringueiros invasores. A construção da BR-429 aos seus 291 quilômetros previstos 206 preveem impactos diretos em TI demarcadas ou não, com danos já apontados aos povos isolados Jurueí e Uruparaquara.

A construção da BR-421, ligando Porto Velho à região do Mamoré, também impactará em TI e em povos isolados de Rondônia, sendo a obra marcada por pressões da população local não indígena que exige a retomada das obras paralisadas devido aos impactos ambientais e éticos apontados pelo Ministério Público Federal (Porantim, 2014). A Elite local tem interesse direto na estrada à revelia dos impactos ambientais e sociais causados. A procuradora federal Raquel Nascimento pontuou claramente:

“há bastante tempo há interesses políticos e econômicos e também interesses escusos, que levaram, inclusive, às ameaças de vida da juíza sentenciante, na abertura dessa estrada que passa justamente em unidade de conservação, local onde há indígenas silvícolas, reservas minerais e também a consequente facilitação de práticas relacionadas ao contrabando e ao tráfico de drogas” (PORANTIM, 2014).

Apontaremos agora três hidrelétricas que foram planejadas e executadas em Rondônia: Jirau, Santo Antônio e Tabajara, esta última em fase de licenciamento. Sobre os impactos às populações tradicionais, é esperado um padrão de impacto, como, por exemplo, as usinas de Rondônia, Belo Monte, Lajeado, Irapé e outras mais que seguem impactos ambientais e socioambientais, em que as populações tradicionais são diretamente atingidas (Araújo & Moret, 2016; Mab, 2016; Porantim, 2014; Fearnside, 2011).

A UHE Tabajara terá a barragem construída no rio Machado, a 80 quilômetros da cidade de Machadinho do Oeste, cidade a 430 quilômetros da capital do estado, Porto Velho e o padrão de impacto será o mesmo de outras UHE's (ARAÚJO & MORET, 2016). Cabe ressaltar que desde 2015 os indígenas do povo Tenharim pedem complementação dos estudos de impactos diretos e indiretos, tanto para eles próprios quanto para povos isolados. O Ministério Público Federal se posicionou a favor aos estudos complementares em reunião com lideranças Tenharim em 21 de setembro de 2018<sup>3</sup>.

Associados à produção de energia elétrica temos dois sistemas de transmissão originários do PAC que cortam terras indígenas: Porto Velho - Rio Branco e Porto Velho - Araraquara. As linhas de transmissão incidem de forma mais agressiva sobre três povos: os Karitiana, Aikanã e os Nambikwara. Os impactos destes empreendimentos são similares às estradas.

Por fim, a Ferrovia de Integração Centro Oeste que começa em Vilhena (Rondônia) e se encerra em Campinorte (Goiás) irá cortar algumas terras indígenas do contexto Xinguano e em Rondônia vai circular a parte sul da terra Nambikwara, causando danos ambientais e sociais, alterando as lógicas da antrópicas e de relação com o ambiente desses povos.

### 3. RESULTADOS

Com relação aos atores ligados ao Desenvolvimento podemos citar quatro esferas: os governos, os agentes privados, as

instituições que militam por preservação e os próprios povos indígenas. Do lado dos agentes públicos temos o governo, em todas as esferas, agindo para o uso dos empreendimentos enquanto possibilidade de governabilidade, ou seja, de arrecadar mais recursos, promover uma circulação rápida de recursos no mercado, diminuir os índices de desemprego e movimentar diversos setores da economia local, mesmo que os impactos sejam a longo prazo. Para esses agentes, os benefícios de curto e médio prazo são melhores.

Os agentes privados que preconizam a expansão do capital são um vetor para enfraquecer ainda mais as relações protetivas dos povos indígenas, seja porque são os empreendedores e tem os recursos financeiros, seja porque parte desses são das esferas públicas (políticos, gestores e membros da justiça), seja porque detém o discurso de que o País precisa de desenvolvimento e de gerar emprego.

Como terceira esfera são as instituições que lutam pela preservação dos povos são os resistentes, às instituições públicas (Ministério Público), Instituições ligadas a Igreja Católica e não governamentais que defendem, cada um em sua medida, os direitos dos povos tradicionais. Na quarta esfera estão inseridos os povos indígenas, que recebem o apoio e o engajamento produzindo assim um empoderamento dos povos para manterem-se lutando pelas suas culturas, pelas suas cosmovisões.

O processo de impacto nos Territórios Indígenas obedece a um padrão trágico, porque está relacionado com o modelo de desenvolvimento, no qual o Território Amazônico, e com mais intensidade nas áreas elencadas, são empecilhos ao desenvolvimento e, portanto, devem ser incorporadas à lógica da expansão da Capital.

A Legislação protege os Territórios Indígenas, com demarcação, com proteção da FUNAI e, sobretudo, com a não permissão de acesso às áreas indígenas. Entretanto, o que foi apresentado no Quadro 01 demonstra que a Legislação não inibe o impacto. Por outro lado, o poder econômico contamina o poder

político, produzindo ações que vão contra a legislação, seja de Terras Indígenas, seja de áreas de proteção ambiental. Recentemente, os deputados estaduais de RO derrubaram um decreto do governador de criação de 11 áreas de proteção ambiental (Brasil, 2009).

A incidência dos impactos pode ser sintetizada por: desmatamento, invasão de áreas por não índios, impactos nos rios e igarapés, desestruturação social e cultural, acesso de madeireiros e biopiratas, impacto na caça e na pesca produzindo danos a cultura alimentar, proliferação de doenças, fuga de povos nômades.

Por fim, uma parte dos empreendimentos não produzem estudos dos impactos e, tampouco, do potencial na desestruturação na vida dos povos. Um outro evento importante que acontece é a captura de povos pelos empreendedores oferecendo recursos financeiros e veículos na época da construção, que muitas vezes é utilizada apenas pela liderança e produz uma profunda desestruturação social e cultural na vida destes povos.

## 5. CONCLUSÕES

Primeira conclusão fundamental é que as obras de infraestrutura social, que possuem como objetivo desenvolver o bem-estar e qualidade das populações, não “impactam” em terras indígenas, ou seja, não são desenvolvidas.

Os povos indígenas são colocados como oponentes reais do desenvolvimento porque estão em áreas que poderiam ser incorporadas a expansão do capital, entretanto os povos indígenas resistem aos danos causados pelos empreendimentos que invadem suas terras comunais e lugares sagrados, porque sabem que sem o Território são fadados à extinção, porque no espaço do capital não há espaço para os indígenas, quiçá, porque neste espaço vivem somente aqueles que consomem.

O que fica enquanto conclusão decorrente do processo de descrever esses empreendimentos é que há uma forte pressão dos agentes públicos e privados para que as obras aconteçam, estando a questão ambiental e social em segundo plano, seguindo a

cartilha do “desenvolva ou morra” preconizada pelas ideias de progresso e desenvolvimento.

Em todas as obras há um claro interesse das elites locais, que se confundem com elite econômica, política e do judiciário, para que os empreendimentos ocorram, à revelia do que pudessem causar dano à sociedade e, tampouco, às comunidades tradicionais. As principais interferências produzidas nos Territórios Indígenas têm base

no discurso do desenvolvimento e que as obras devem e precisam gerar emprego e na intensificação da visão de que o indígena é inimigo do progresso porque ocupa terras que deveriam ser objeto de expansão da Capital.

Os principais impactos produzidos nos Territórios Indígenas são: desmatamento, invasão de áreas por não índios, impactos nos rios e igarapés, desestruturação social e cultural, acesso de madeireiros e biopiratas, impacto na caça e na pesca produzindo danos

**Quadro 01:** Empreendimentos, naturezas e impactos do PAC em Terras Indígenas do Estado de Rondônia

Empreendimento	Terras Indígenas	Povos impactados	Impactos Previstos
Br 319 AM/RO	TI Fortaleza do Castanho Tabocal Vista Alegre Lago do Marinheiro Rio Jumas Cunha Igarapé dentre outras.	Mura, Kanamari, Parintintin, Apurinã, Munduruku, Tora.	Desmatamento intenso; Acesso de não indígenas; Desestruturação cultural.
BR 364 RO	TI Karitiana	Karitiana	Acesso de não indígenas; Impactos socioculturais.
BR 429 RO	TI Rio Branco, Uru Eu Wau Wau, Massaco e isolados.	Oro Win, Uru Eu Wau Wau, Amondawa, isolados.	
BR 421 RO	TI Igarapé Lage, Karipuna e Igarapé Ribeirão	Uru Eu Wau Wau, Karipuna, Isolados	Depredação de sítios arqueológicos; Córregos, igarapés e rios assoreados;  Qualidade do ar; ruídos a fauna; degradação de matas ciliares; erosão e escorregamento; acesso de madeireiros e biopiratas.

UHE* Tabajara RO/MT	TI Tenharim Marmelos	Tenharim	Não têm estudos que determinem os impactos
UHE* Jirau RO/ BOLÍVIA	TI Kaxararí, Igarapé Ribeirão, Igarapé Laje	Uru Eu Wau Wau, Isolados	Mudança nos cursos d'águas; impactos nutricionais; mobilidade e cosmológicas dos povos; diminuição da caça; aumento de doenças; inundação de sítios arqueológicos e lugares sagrados; Eliminação/ "apagamento" da história desses povos; pressão fundiária; Invasores de terra; Desmatamento; Biopirataria; criação de pastos; ocupação ilegal;
UHE Santo Antônio RO	Ti Karitiana, Karipuna, RI Cassupá	Karitiana, Karipuna, Cassupá e Isolados	
LT** PVH-RIO BRANCO	TI Karitiana	Karitiana	Desmatamentos; mudanças nos processos de caça/pesca; migração de povos nômades; Acesso de não indígenas
LT**- PVH- Araraquara	Tubarão Latundê, Vale do Guaporé, Pequizal, Sararé, Karitiana e Bom futuro	Karitiana, Aikanã, Nambikwara	
Ferrovias Integração Centro Oeste	TI Nambikwara	Nambikwara	Desmatamentos; mudanças nos processos de caça/pesca  migração de povos nômades; Acesso de não indígenas

**Fonte:** O autor (2018) adaptado de Verdum (2007) e BRASIL (2009); \* Usina Hidrelétrica;\*\* LT- Linha de Transmissão.

## 6. REFERÊNCIAS

1. ARAUJO, Neiva Cristina; MORET, Artur de Souza. Direitos Humanos e

Hidrelétricas: Uma análise dos impactos socioambientais e econômicos gerados em Rondônia.

- Revista Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 13, n. 26, Agosto, p. 167-194, 2016.
2. BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3ª Reimpressão da 1. São Paulo: Edições, v. 70, 2016.
  3. BECKER, B. Revisão da Políticas de Ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Revista Parcerias Estratégicas**, nº 12, Setembro, p. 135-158, 2001.
  4. BRASIL. **Balanco de 03 anos do PAC 2007-2009**. Brasília: Comitê Gestor do PAC, Dezembro, 2010. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/nacionais/9o-balanco-3-anos>.
  5. BRASIL. **PAC RONDÔNIA: Balanco de 02 anos**. Brasília: Comitê Gestor do PAC, Março, 2009. Disponível em <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/6cf5c7d2352e2637abfbf1160ee116c7.pdf>
  6. BRASIL. DNIT. Histórico do licenciamento ambiental da rodovia e situação dos instrumentos celebrados para o atendimento às condições do licenciamento. Brasília: Novembro, 2016. Acessado em <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/d3816d09-2e92-4f73-bf18-18e2c37b0589>.
  7. FEARNSIDE, P. A Usina Hidrelétrica de Belo Monte em pauta. **Política Ambiental**. Minas Gerais. n 7, jan. 2011. Disponível em: <http://www.conservacao.org/publicacoes/files/politicaambiental7.pdf>.
  8. LEHER, R. PAC, Educação e Heteronomia Cultural. **Revista Políticas Públicas**, Vol. 11, n. 1, Janeiro, p. 9-33, 2007.
  9. MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **Jirau e Santo Antônio: relatos de uma guerra amazônica**. (Filme). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZFQ11fri3vs>.
  10. MARTA, J. M. C. **Rondônia: Da colonização até a integração latino-americana**. Cuiabá: EDUFMT, 2018.
  11. MIGNOLO, W. Novas Reflexões sobre a ideia de América Latina: A direita, a esquerda e a opção descolonial. **Revista CRH**, Salvador, Vol. 21, N. 53, p. 239-252, 2008.
  12. MORÁN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
  13. PORANTIM. **Revista Porantim: Em defesa da causa indígena**. Brasília: Ano XXXVI, n. 363, março, 2014.
  14. VERDUM, R. **Obras de Infraestrutura no contexto da integração Sul-Americana**. Brasília: INESC, 2007.